

CADERNOS EBAPE.BR

Cadernos EBAPE.BR

E-ISSN: 1679-3951

cadernosebape@fgv.br

Escola Brasileira de Administração

Pública e de Empresas

Brasil

Souza Santos, Reginaldo; Guedes Gomes, Fábio; Chagas Silva Santos, Thiago; Matos  
Ribeiro, Elizabeth; Marques de Andrade Filho, Luiz

A crise, o Estado e os equívocos da administração política do capitalismo contemporâneo

Cadernos EBAPE.BR, vol. 14, núm. 4, outubro-diciembre, 2016, pp. 1011-1034

Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323248906011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# A crise, o Estado e os equívocos da *administração política* do capitalismo contemporâneo

**REGINALDO SOUZA SANTOS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA / ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO, NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA (NPGA/EAUFBA), SALVADOR – BA, BRASIL

**FÁBIO GUEDES GOMES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS / FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE (FEAC/UFAL), MACEIÓ – AL, BRASIL

**THIAGO CHAGAS SILVA SANTOS**

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (IFBA) / CAMPUS FEIRA DE SANTANA, FEIRA DE SANTANA – BA, BRASIL

**ELIZABETH MATOS RIBEIRO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA / ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO (EAUFBA), SALVADOR – BA, BRASIL

**LUIZ MARQUES DE ANDRADE FILHO**

FACULDADE BAIANA DE DIREITO, SALVADOR – BA, BRASIL

## Resumo

Este trabalho tem o propósito de discutir, de maneira ampla, a crise do capitalismo contemporâneo. Além de debater, no campo teórico, as interpretações da crise, com o objetivo de apresentar nossas perspectivas, procura, também, discutir de modo mais estrutural o papel do Estado nessa crise e como ele tem sido central e funcional na administração política do capitalismo financeirizado, com fortes implicações para o processo em andamento do que chamamos de despatrimonialização social. Ademais, dedica parte da análise ao caso do Brasil, visto que o país, de certa maneira, está inserido no processo de produção e tem um protagonismo econômico em escala mundial. No fim, são feitas algumas considerações sobre nossas possibilidades futuras. Se o que estamos fazendo não interessa à maioria e precisa mudar, também não temos qualquer preparo para propor ou fazer as mudanças por meio revolucionário – conforme a proposta de David Harvey; com isso, a construção de um projeto para o nosso futuro pode ser o caminho mais adequado no momento.

**Palavras-chave:** Administração política. Estado. Capitalismo. Crise. Despatrimonialização social.

## *The crisis, the State, and the mistakes of political administration in contemporary capitalism*

### Abstract

This paper aims to promote a broad discussion of the crisis in contemporary capitalism. Besides debating, in the theoretical field, interpretations of the crisis, with the purpose of introducing our perspectives, it also seeks to discuss in a more structural way the State's role in this crisis and how central and functional it has been in the political administration of finance capitalism, with strong implications for the ongoing process of what we call social deconstruction of property. Moreover, a part of the analysis is devoted to Brazil, as the country is, in a way, inserted in the production process, and plays a major role in the global arena. In the end, some considerations about our prospects are drawn. If what we are doing does not matter to most people, and there is a need for change, we are also not prepared to propose or provide changes by a revolutionary way – as is proposed by David Harvey; thus, the construction of a project for our future may be the most appropriate solution at the moment.

**Keywords:** Political administration. State. Capitalism. Crisis. Social deconstruction of property.

## *La crisis, el Estado y los equívocos de la administración política del capitalismo contemporáneo*

### Resumen

Este trabajo tiene el propósito de discutir, con amplitud, la crisis del capitalismo contemporáneo. Más allá de discutir en el campo teórico las interpretaciones de la crisis, con el objetivo de presentar nuestros puntos de vista, busca también debatir de forma más estructural el rol del Estado en esa crisis y su papel principal y funcional en la administración política del capitalismo financiero, con fuertes implicaciones para el proceso en progreso de lo que llamamos despatrimonialización social. Además parte del análisis se dedica al caso de Brasil, ya que el país, de cierta manera, está insertado en el proceso de producción y tiene protagonismo económico a escala mundial. Al final del trabajo se hacen algunas consideraciones sobre nuestras posibilidades futuras. Si lo que estamos haciendo no interesa a la mayoría y necesita cambiar, también no tenemos ninguna preparación para proponer o hacer los cambios por el medio revolucionario – de acuerdo con la propuesta de David Harvey; con eso la construcción de un proyecto para nuestro futuro puede ser el camino más adecuado en este momento.

**Palabras clave:** Administración política. Estado. Capitalismo. Crisis. Despatrimonialización social.

Artigo submetido em 30 de julho de 2014 e aceito para publicação em 2 de fevereiro de 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395130795>

Agradecemos a ajuda inestimável da doutoranda Mônica Matos Ribeiro, da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na elaboração deste ensaio, sobretudo na discussão de alguns pontos, bem como na revisão do texto final.

*New phase in finance crisis as investors run to safety*

The New York Times - 18.09.2008.

*Obama takes oath and nation in crisis embrace the moment*

Washington Post - 29.01.2009.

*Crise levará milhões à pobreza, diz Banco Mundial*

O Globo - 31.01.2010.

*América Latina: um refúgio não imune à crise financeira*

Jornal do Brasil - 17.11.2011.

*Pela Europa, FMI passa o chapéu*

Folha de S. Paulo - 19.01.2012.

*The euro crisis casts a chill over a sunnier economic picture*

The Economist - 21.04.2012.

*Washington is broken, just as intended*

Washington Post - 22.04.2012.



\* Fonte da imagem: Independência Sul Americana. Disponível em [independenciasulamericana.com.br](http://independenciasulamericana.com.br). Acesso em 20 out. 2016.

## INTRODUÇÃO

Este ensaio tenta compreender a atual crise do capitalismo e o papel do Estado com base em cinco preliminares:

- a) esta crise não é um fenômeno que aparece com os fatos de 2008 e 2009 – sua evidência data do início da década de 1970, e percebemos que os fatos que a caracterizavam naquela época se encontram preocupadamente estendidos e aprofundados atualmente;
- b) invariavelmente, as análises (independentemente do matiz ideológico) tentam buscar em alguma vertente da teoria e da análise econômicas a explicação para o que está acontecendo: quase não se veem observações mais sistematizadas sobre os equívocos acerca das políticas relacionadas à administração política dos interesses estratégicos da sociedade e do próprio capital; em geral, não se ouve *quase* nunca falar da concentração de renda e de riqueza como aspectos relevantes na explicação da crise – quando se ouve, essa não é uma discussão central; a compreensão do que está ocorrendo não deve tomar o Estado como uma instituição externa à dinâmica das relações sociais de produção e distribuição;
- c) qualquer análise que se proponha a levar a sério a compreensão do que está ocorrendo, deve ter presente, de uma vez por todas, que o Estado é o principal capitalista a comandar capitais, podendo, por isso, definir autonomamente os níveis agregados de oferta e demanda;
- d) como o Estado não é externo às relações de produção, deve-se olhar com muita reserva os pressupostos que advogam haver uma crise fiscal – ao contrário disso, a partir de 2008 e 2009, os dados tendem a revelar que é a desorganização do sistema capitalista (sua crise, portanto) que está puxando o Estado para uma crise financeiro-fiscal de proporções, até então, desconhecidas; bem como para uma crise político-social, cujas tensões começam a entrar em erupção (já havia precedência com a chamada Primavera Árabe), e seu desdobramento não é tarefa difícil de antecipar; principalmente se os interesses das altas finanças prevalecerem diante da agonia grega, espanhola etc.; enfim, diante da agonia do próprio sistema capitalista; e
- e) as medidas administrativas levadas a cabo para a superação da grande depressão, e que explicam o *boom* dos quarenta anos seguintes, não faziam parte (em sua totalidade) do corpo das ideias de Keynes – se analisada com atenção, nesse aspecto, a *Teoria Geral* é mais um libelo contra as medidas já em curso e uma reafirmação do pensamento liberal; temos no Livro V, Capítulo 24, a síntese de tudo que Keynes pensava e desejava como medidas para a preservação do sistema econômico capitalista – e o essencial do que se implantou para tirar a economia capitalista da crise não está recomendado nas páginas do referido capítulo.

Se essas considerações forem bem anotadas, o que vem a seguir será mais inteligível. Além disso, mostrarão que, se, de um lado, as interpretações do *mainstream* e de boa parte fora dele estão longe de uma explicação mais razoável (verdadeira) para a crise; de outro, mostrarão também que a saída poderá estar perto de nós e a um custo bem menor para a humanidade – incluindo, lógico, o interesse do próprio capital.

## OUROBOROS E O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Muito já se disse sobre a avareza do capital, mas tudo que se disse, até aqui, não expressa, verdadeiramente, sua natureza, nem do que é capaz para preservar sua trajetória de acumulação. Considerando que sua expansão necessita ser alimentada pela destruição do que está à sua frente, e não havendo mais do que se alimentar (destruir), começa a alimentar-se de si mesmo até à morte (o fim do capitalismo). Parece-nos, portanto, que a antropofagia é o último ato de *sociabilidade* praticado pelo capital, tal como na ficção novelesca *O alienista*, de Machado de Assis, em que o médico Simão Bacamarte estabelece como primeiro critério para a saúde mental a razão, assim dizendo:

[...] “a razão é o perfeito equilíbrio de todas as faculdades; fora daí insânia, insânia, e só insânia” (Machado de Assis, 1882, p. 29, apud Gustavo Bernardo). Com esse critério, Bacamarte passa a inter-nar na Casa Verde todos os reprovados pelo seu exame; como quase toda a população estava sendo internada, Bacamarte, então, muda de critério para a saúde mental e passa a admitir como normal e exemplar o desequilíbrio das faculdades. Em consequência, tornam-se patológicos todos os casos equilibrados. Os internos são libertados, mas encarceram os melhores da cidade, ou seja, as pessoas mais equilibradas e razoáveis [...] De acordo com o novo critério de Simão Bacamarte, resta apenas

uma pessoa perfeita, portanto louca, em toda a cidade: o próprio Simão Bacamarte. Em nome do rigor científico, o ilustre médico interna a si mesmo no seu asilo, onde virá a perecer sozinho. Como vemos, Simão Bacamarte considera-se absolutamente certo, mesmo quando percebe que está completamente errado. Ele se mostra uma representação irônica do uróboro<sup>2</sup>, serpente ou dragão que morde a própria cauda. Procura tanto a causa da loucura que a encontra enfim, em si mesmo, reconhecendo-se o único louco do pedaço (BERNARDO, 2011, p. 81-82).

Metaforicamente, é exatamente isso o que está acontecendo neste instante de crise profunda e generalizada do capitalismo. Sua órbita financeira (representação institucional dos capitais líquidos, concentrados e centralizados) passa a praticar a mais despidorada agiotagem contra os diferentes países, uma vez que exige de seus devedores (mediada pela representação política, o Estado) rendimentos além de suas possibilidades técnicas e morais. Levada ao extremo, a ruptura será inevitável. Com a *hecatombe* do Estado, seca a fonte alimentadora da expansão, movimento que não vem sendo compreendido pelo capital em geral; e nesse ato – que pode ser o último – reside a natureza antropofágica do processo “civilizatório” orientado pelo capital<sup>3</sup>.

Porém, os intérpretes e os arautos da falsa exuberância da economia capitalista, nos tempos mais recentes, tentam considerar essa crise um fenômeno típico da conjuntura e que está localizada no Estado e em suas políticas expansivas. Nada mais grotesco e leviano, tanto do ponto de vista da análise quanto do da defesa ideológica do projeto neoliberal. Em verdade, ao que assistimos são os momentos mais dramáticos e finais de uma crise que se instala, de forma mais evidente, a partir do início da década de 1970, simbolizada pela quebra do padrão dólar-ouro, em 1971.

Desde os clássicos – notadamente com Jean-Baptiste Say e David Ricardo –, a ala hegemônica do pensamento liberal sempre se fundamentou na crença de que o sistema capitalista se move guiado por uma razão que não admite deixar de aproveitar a melhor oportunidade de negócio e o desejo de obter o rendimento máximo<sup>4</sup>. A possibilidade de fugir dessa lógica só por interferência externa ao sistema de produção e distribuição, como fatores da natureza, as guerras ou a intervenção do Estado; esta, é claro, se for além do que é estritamente necessário – que fique bem entendido, como bem recomendou Adam Smith.

Embora os fatos da realidade – *vide* as crises do último quartel do século XIX e de 1929-1933 – mostrem que a defesa desse ponto de vista está baseada mais nas crenças (ideologias) do que nos fundamentos de uma ciência lógica (sustentada em testes empíricos de suas hipóteses centrais), os eventos do momento desvendam de vez as perturbações da ortodoxia. Na pretensão de superar a supremacia do pensamento keynesiano, os liberais diagnosticaram como causas dos males vividos pelo sistema econômico (no fim da década de 1960 e início da de 1970) os seguintes aspectos: queda na produtividade do trabalho e na taxa de lucro e aumentos nas taxas de desemprego e inflação faziam elevar os déficits públicos, que, por sua vez, eram financiados ou com recursos privados (cuja concorrência por recursos leva ao aumento dos juros), ou por emissão de dinheiro (o que é inflacionário, porque leva ao aumento do poder de compra e à pressão sobre os preços)<sup>5</sup>.

Ao contrário desse diagnóstico, os eventos dos últimos 40 anos revelaram um paradoxo da teoria neoclássica: ao tempo em que se observa o índice de inflação cair para um dígito, anualmente – sendo que, em alguns países (os mais desenvolvidos), ficou abaixo de 5% a.a. –, movimento inverso ocorreu nos níveis dos índices de dívida pública; esses se elevaram de um patamar que variava entre 20% e 30% do produto interno bruto (PIB) para mais de 200%, atualmente, conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) consolidados na Tabela 1.

<sup>2</sup> Ouroboros (ou oroboro, ou ainda uróboro) é um símbolo representado por uma serpente, ou um dragão, que morde a própria cauda. O nome vem do grego antigo: *oura*, que significa cauda, e *boros*, que significa devora. [...] É possível que o símbolo matemático de infinito [...] tenha tido a sua origem a partir da imagem de dois ouroboros, lado a lado, mordendo o rabo um do outro.

<sup>3</sup> Como gosta de afirmar o filósofo húngaro István Mészáros (2002), o sócio metabolismo do capital não encontra mais razões para seu funcionamento, posto que o processo de produção de valor se tornou subordinado ao processo de circulação do valor e à criação de valor fictício.

<sup>4</sup> A escola marginalista e os teóricos do equilíbrio geral chegam a admitir que a economia de mercado sequer produzisse excedente econômico.

<sup>5</sup> Sobre o assunto ver Gomes (2009a).

**Tabela 1**

**Dívida pública do governo central de países selecionados – 1990-2010 (em % do PIB)**

País/ano	1990	1995	2000	2005	2010
Áustria	56,2	68,4	66,6	64,8	71,8
Bélgica	125,6	130,2	107,8	92,0	95,6
Canadá	75,2	101,6	82,1	71,6	85,1
Dinamarca	57,7	68,7	60,4	45,4	42,9
França	35,2	55,4	57,4	66,7	82,3
Alemanha	42,2	55,6	60,2	68,5	82,4
Itália	95,2	120,9	108,5	105,4	118,7
Japão	67,0	90,0	140,1	186,4	215,3
México	53,5	56,8	42,6	39,1	42,9
Espanha	42,5	63,3	59,2	43,2	61,2
Suécia	46,3	81,1	64,3	50,0	38,8
Reino Unido	38,4	54,6	50,3	41,8	75,0
Estados Unidos	63,9	71,1	54,8	67,9	98,6
<b>Brasil</b>	<b>65,7</b>	<b>36,6</b>	<b>68,5</b>	<b>69,2</b>	<b>65,2</b>
Portugal	53,3	59,1	48,4	62,5	93,3
China	6,9	6,1	16,4	17,6	33,5
República da Coreia	8,4	7,1	18,0	28,7	33,4
Indonésia	40,8	32,0	95,1	46,3	26,9
Malásia	n/d	41,6	35,3	42,7	51,0
Filipinas	n/d	62,7	58,8	59,2	43,5
Tailândia	27,7	12,2	56,9	46,2	41,9

Fonte: Elaborada pelos autores.

Como a crença naquele *fetich*e sobreviveu por quatro décadas? O marketing político-ideológico do liberalismo começou a trabalhar o conteúdo das peças publicitárias fundamentado em pressupostos das impossibilidades. O primeiro foi renovar a trajetória metodológica do movimento do capitalismo que tem, como ponto de partida, a situação de *instabilidade* (transição do feudalismo para o capitalismo, tendo como ponto de inflexão a segunda metade do século XVII); o momento da *estabilidade* que possibilita a expansão da riqueza até o ponto em que o capitalismo se consolida como o modo de produção preponderante na formação social contemporânea (o século XIX se constituiu nesse momento de afirmação); o momento do estágio considerado desenvolvido ou da “pós-modernidade” – como gostam de denominar algumas correntes do pensamento mundial (esse é o período que vai do pós-Primeira Guerra Mundial – com o interregno da grande crise de 1929-1933 – até o fim da década de 1960); por fim, o momento em que o grau de desenvolvimento das forças produtivas pode permitir a todos a materialidade, situação de bem-estar (o prenúncio desse estágio pode ser o pós-Segunda Guerra Mundial, logo interrompido com a crise que tem início em 1970). Sintetizando, a metodologia conveniente ao capitalismo é por etapas, sucessivas, que têm o seguinte ordenamento: instabilidade (dada por condições políticas e ideológicas), estabilidade (condição para expansão da riqueza); que, se duradoura, possibilita engendrar ações de desenvolvimento com distribuição e permite alcançar o estágio de bem-estar<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Para a crítica dessa metodologia e da concepção de uma metodologia alternativa ver Santos (2010a).



A segunda impossibilidade, derivada conscientemente da primeira, foi inventar não haver condições técnicas para que a economia pudesse crescer em condições de instabilidade – leia-se: crescer em um ambiente de inflação acima de 2 dígitos. Diz-se sempre que a instabilidade ocorre por conta do desequilíbrio das contas públicas; nesse caso, não há hipótese senão fazer o orçamento do Estado se movimentar em condições de equilíbrio entre a receita e a despesa – criando, assim, a cultura do “medo”. Em verdade, respeitados os limites técnicos, não há incompatibilidade (*trade-off*) entre déficit público e crescimento econômico ou entre déficit público e inflação – haja vista que, nessa longa crise, temos tido, principalmente, déficits elevados com baixas taxas de inflação.

A terceira impossibilidade é dada pela constatação de que, à medida que a cultura da “exuberância” está sendo eclipsada pelo alastramento da miséria – que poderia, muito bem, ser evitada por meio de melhor distribuição da renda e da riqueza – os ideólogos desse modelo se defendem com um cinismo escancarado, afirmando, sem qualquer constrangimento, a incapacidade de o planeta estender o padrão de vida do europeu e do estadunidense ao resto da humanidade – principalmente em razão das restrições do lado energético. Esta última impossibilidade é sustentada pela falsidade da máxima que existe na economia – e repetida, à exaustão e com arrogância, pelos professores aos incautos alunos recém-iniciados nos cursos de economia – de que essa ciência tem a árdua tarefa de encontrar meios para conciliar uma contradição em processo que se estabelece entre os recursos escassos e as necessidades ilimitadas. A contradição dessa máxima é apenas aparente e fortemente ideologizada, porque a economia, mais do que qualquer outro campo do conhecimento, sabe que a escassez dos recursos – hoje mais do que ontem – está relativizada em razão dos extraordinários avanços nas forças produtivas; enquanto a necessidade ilimitada pode ter limites pelas políticas de redistribuição e/ou pela questão moral. Que atualizemos Malthus, tudo bem, mas não de forma tão torpe!

Certamente essas impossibilidades não se sustentam por si mesmas, sendo necessário construir elementos *custeadores* (sustentadores). O primeiro é a propagação, à exaustão, do que denominamos “cultura da exuberância”, desenvolvida sempre mediante a exibição dos grandes espetáculos do *showbusiness*: musicais ou cinematográficos; esportivos – os jogos olímpicos mundiais e regionais, a Copa do Mundo. Há também uma preocupação em exibir a nova cara (estética arquitetônica) terceiro-mundista, vista a partir dos espaços que abrigam centros financeiros mundiais como Bangcoc, Taiwan, Manila, Seul, Dubai, Hong-Kong, São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Cidade do México etc. Certamente que o dito Primeiro Mundo também tem seu *standard* glorioso a exibir; nos telejornais das principais cadeias de televisão do mundo sempre estão nos mostrando a monumental sede do Banco Central Europeu, na cidade de Bruxelas (Bélgica), *Wall Street* (em Nova York) ou a *City* londrina.

O segundo elemento *custeador* das impossibilidades, acima referidas, tem sido a extraordinária capacidade de transmutabilidade do conceito de riqueza expressa em ativos fixos ou financeiros para um ativo intangível – abstrato, portanto – denominado “conhecimento”. De uma hora para outra, o indivíduo, antes pobre e sem perspectiva de vida, melhor dizendo, sem consciência de si mesmo – porque é isso que significa conhecimento em sentido *lato* – descobre-se portador de um dado “conhecimento”, signo de uma “nova” riqueza; talvez da verdadeira riqueza, porque inata ao próprio indivíduo – portanto, aparentemente inalienável ou, então, de que só o próprio indivíduo usufrui. Redondo engano, porquanto para essa [a riqueza] se materializar e produzir valor tem de ocorrer no permanente processo de transformação do dinheiro em capital, ou seja, reproduzir-se nas relações sociais de produção em que a força de trabalho é inserida no sistema de produção e se subordina ao capital. No instante em que os valores são produzidos, a nova expressão de riqueza desindividualiza-se (desincorpora-se do indivíduo) e materializa-se em mercadorias<sup>7</sup>.

O terceiro elemento *custeador* dos pressupostos das impossibilidades foi a ilusão da força de redistribuição e inclusão propiciada pela tecnologia caracterizadora da terceira Revolução Industrial – a tecnologia da informação e da comunicação. A Economia Política do Desenvolvimento já constatou, há muito tempo – com destaque para os trabalhos de John Stuart Mill e Joseph Schumpeter –, que os ciclos de expansão estão associados às ondas de inovação, seja na base tecnológica, seja na

<sup>7</sup> Para provar que esse saber inato ou adquirido pelo indivíduo só é propriedade sua enquanto estiver distante das relações de produção capitalistas. As grandes corporações, além do processo regular de transferência do conhecimento do indivíduo para o produto – mediante novas plantas, novos processos de produção – estão promovendo encontros sistemáticos entre os mais antigos (que já estão próximos do afastamento por tempo de serviço) com os mais jovens para daqueles extrair a última reserva de conhecimento útil aos propósitos de lucratividade do capital. Além disso, há algo mais sórdido nesse processo: o fracasso das pessoas não pode ser tributado às relações sociais descompensadas; quando o há, deve ser tomado como caso particular e derivado da pouca competitividade do indivíduo dentro das relações de mercado. Para encontrar o seu espaço e garanti-lo o indivíduo deve aprimorar-se sempre para permanecer competitivo. Por essa razão, a ação coletiva centralizada no Estado é considerada, desde sempre, pouco esclarecedora para garantir o bem-estar de todos.

organizativa dos processos. Por enquanto, nada a objetar em relação a essa premissa. Porém, quanto aos aspectos redistributivos, a atual revolução tecnológica da informação e da comunicação – que, apesar das maravilhas, parece estar no seu limiar – apresenta resultados bem diferentes daqueles que os atuais gerentes do capitalismo querem fazer crer. Tanto na primeira Revolução Industrial – na segunda metade do século XVIII até o fim do século XIX, com máquina a vapor, a locomotiva, o tear mecânico, moinhos etc., quanto na segunda – primeira metade do século XX, com a indústria petroquímica, automotiva, aeronáutica, de infraestrutura terrestre – eram ciclos de inovação fundados na diversificação da produção e de processos; portanto, tinham uma base tecnológica que destruía postos de trabalho, mas também criava novas indústrias e setores que possibilitavam amenizar ou mesmo (em certas conjunturas) ampliar o emprego; enquanto na revolução atual – sustentada pela tecnologia da informação (TI) – a produtividade do trabalho ampliou-se extraordinariamente, caracterizando o presente, provavelmente, como a época de maior desemprego estrutural da história do capitalismo<sup>8</sup>.

Mas esse não é o único problema do atual ciclo de inovação. Além da sobreposição da tecnologia nova aos equipamentos existentes com outras bases tecnológicas, as novas tecnologias quando criam novos produtos ou serviços são desmaterializados. Antes, produzia-se a locomotiva, a roupa, o carro, o avião, o navio, o remédio; nesses casos, o consumidor era (ou é) detentor de um bem que tem uma riqueza materializada – que, depois de comprada, podia-se (ou pode-se) alienar ou usar até o esgotamento pleno de sua capacidade técnica. Agora, compra-se um serviço virtual (desmaterializado), cujo bem-estar ou usufruto cessa no instante em que o consumidor deixa de pagar – por qualquer razão – a mensalidade. Sendo assim, o potencial concentrador desse processo inovador é simplesmente extraordinário<sup>9</sup>!

Desse modo, se é verdade que essa terceira Revolução Industrial é a que mais potencializa a acumulação de riqueza – em razão da maior produtividade do trabalho e da extração de mais-valia –, de outro lado, carrega em si (diferentemente das revoluções anteriores) o germe da destruição desse potencial (gerador de riqueza) em razão da natureza concentradora – queremos dizer: embora a base de consumo seja a mais ampla possível, a base de produção e de acumulação se dá em condições técnicas fortemente concentradas.

Ademais, o acesso mais democratizado pela natureza dos produtos fruto desse movimento atual de inovação, não tem significado maior bem-estar à população como se quer fazer crer – maior acesso à rede de internet e à telefonia móvel não se traduziu na melhoria do nível de vida como ocorreu em épocas anteriores, particularmente com a estruturação do Estado de Bem-Estar Social. Ao contrário, o grau de miserabilidade da humanidade tem aumentado, não obstante essa capacidade extraordinária de o homem produzir riqueza.

Se as premissas que dão lastro aos argumentos de exuberância do capitalismo nos últimos 40 anos são falsas, então a mudança na *administração política*, em razão da crise de crescimento que o capitalismo viveu naquele instante, mais aprofundou do que resolveu seus problemas – logo, o que estamos assistindo, de 2008 para cá, não é mais uma nova crise, mas, sim, um aprofundamento de uma crise iniciada ainda na década de 1970. Essa crise não tinha sido vista em toda a sua extensão pelo fato de os países centrais terem transferido o ônus que lhes cabia para os países da periferia – os problemas que enfrentávamos por conta disso eram atribuídos à nossa incompetência, invariavelmente, justificada pela crônica corrupção que nos assola.

<sup>8</sup> Nessa questão, há um cinismo político e técnico. Os ideólogos da atual política abandonaram a discussão do desemprego estrutural e suas causas e passaram à defesa simplória de uma *política de emprego e renda*. Ora, todos sabem muito bem que, com a velocidade na produção do conhecimento e no processo de inovação – levando a produtividade do trabalho a níveis inimagináveis –, é impossível evitar o *desemprego estrutural* sem mexer na *distribuição de renda*. Em panfleto de 1930, intitulado *as Possibilidades econômicas de nossos netos*, Keynes (1983b) assim se pronunciava sobre essa questão: “Estamos sendo atingidos por uma nova doença, a respeito da qual alguns leitores ainda podem não ter ouvido falar, mas sobre a qual ouvirão muito nos próximos anos – ou seja, o *desemprego tecnológico* [...]”. Trata-se de um problema temível para a pessoa comum, sem talentos especiais para se ocupar; principalmente, se não estiver mais enraizada na terra, nos hábitos, ou nas queridas convenções de uma sociedade tradicional [...]. Tenho certeza que, com um pouco mais de experiência, empregaremos a generosidade recém-descoberta da natureza de maneira bem diferente daquela com que os ricos a usam hoje, e delinearemos para nós um plano de vida bem diferente do deles [...] **Turnos de três horas ou semanas de quinze horas poderão adiar o problema por algum tempo. Isso porque três horas por dia são suficientes para satisfazer o velho Adão na maioria de nós**” (grifos nossos). Por que esse Keynes que formula essa proposição de política de emprego não é ressuscitado pelos ideólogos (de direita e de esquerda) que estão conduzindo a política econômica, desde a década de 1970?

<sup>9</sup> Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel em Economia, vem chamando a atenção para essa questão, pois considera relevante no entendimento do desemprego e da concentração de renda.



À medida que as possibilidades de transferência de renda vão se esgotando<sup>10</sup> – e mantida a mesma lógica de acumulação centrada fundamentalmente na esfera financeira –, aos poucos os espaços desenvolvidos vão sentindo suas consequências. Em épocas anteriores, em particular no período 1934-45/1970, as economias nacionais movimentavam-se de forma simétrica, onde se observava um crescimento econômico a taxas elevadas e atingindo vários países, desenvolvidos e periféricos. Nos últimos 40 anos, essa tendência mudou: enquanto alguns se expandem, outros declinam<sup>11</sup>.

Tabela 2

América Latina e Caribe (exceto Cuba): transferências de recursos para o resto do mundo – 1980-2010 (em US\$ bilhões)

Ano	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor
1980	51,8	1990	60,0	2000	69,2
1981	71,0	1991	53,0	2001	68,5
1982	88,5	1992	48,9	2002	65,5
1983	76,8	1993	53,9	2003	70,3
1984	80,5	1994	55,1	2004	79,3
1985	73,9	1995	60,6	2005	89,8
1986	66,6	1996	61,0	2006	100,8
1987	61,4	1997	64,8	2007	102,8
1988	65,8	1998	68,8	2008	110,0
1989	70,5	1999	68,1	2009	99,0
Total Geral	2.271,9			2010	114,8

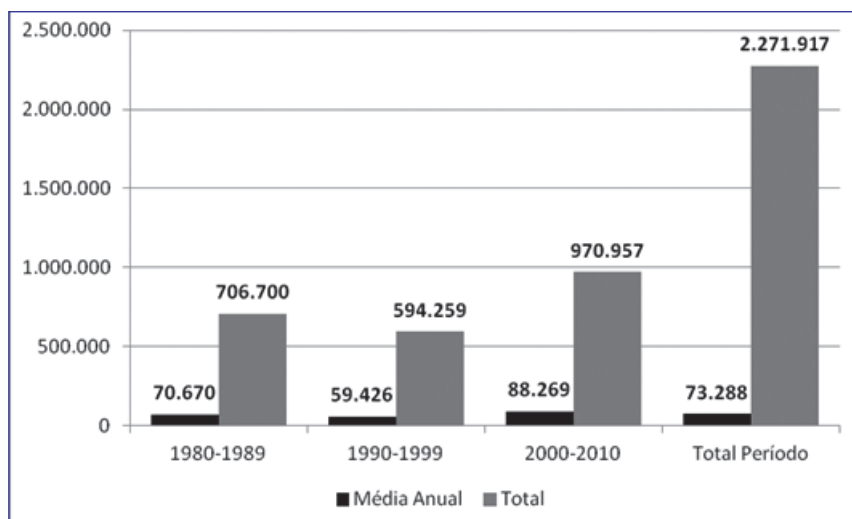
Fonte: Elaborada pelos autores.

<sup>10</sup> Conjunturalmente, a queda dos juros sobre a dívida e o aumento dos preços das *commodities* são sinais desse esgotamento; porém, permanece a questão estrutural e fundamental: nosso baixo nível científico e tecnológico (refletido em termos das trocas no déficit crônico na conta serviços) – que a ignorância dos nossos ideólogos diz que esse problema se resolve pela entrada de dinheiro pela conta capital; não resolve, antes agrava, porque (exceto as doações) tudo que entra pela conta capital terá de sair um dia sob a forma de juros, lucros e *royalties*. Essa nossa indigência no campo científico e tecnológico piorará com a medida recente do governo brasileiro de mandar 100 mil estudantes para o exterior; aqueles que poderão fazer diferença no futuro certamente não voltarão, posto que qualquer universidade norte-americana ou europeia conta com um portfólio suficiente para indenizar o governo brasileiro no montante das bolsas recebidas pelos estudantes. Seria mais inteligente e ajuizado trazer professores do exterior e fortalecer nosso sistema de ensino e de pesquisa nas universidades brasileiras, em áreas estruturantes: matemática, física, química, biologia, engenharias etc.

<sup>11</sup> É verdade que caminhamos para a desconcentração do crescimento econômico nos países do eixo de poder mundial. A periferia do capitalismo passou a ser promissora no horizonte de acumulação de capital; principalmente quando o modelo norte-americano e europeu parece ter chegado à exaustão – notadamente em razão do caráter estacionário que sua população vem assumindo.

Gráfico 1

América Latina e Caribe (exceto Cuba): transferência de recursos para o resto do mundo – 1980-2010 (em US\$ bi)



Fonte: Elaborado pelos autores.

A mudança no conteúdo da *administração política*, com a perda da centralidade da gestão dos processos de médio e longo prazo, desorganizou completamente as relações fundamentais do sistema econômico, sobretudo as relações entre capital e trabalho, bem como as referentes aos movimentos de capitais. Com isso, estamos dizendo que o capitalismo, embora estribado em células individuais de propriedades, é o único sistema – entre os conhecidos – que mais necessidade tem de um comando de gestão centralizado.

## O ESTADO E A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DO CAPITALISMO

O fato de os atuais administradores do capitalismo não enxergarem ou não acreditarem que a descentralização do processo de gestão desorganizou as relações de produção, realização e, sobretudo, os processos de distribuição decorre tanto de uma convicção ideológica quanto de uma formação incompleta: relegam como desimportante o processo histórico da formação e da expansão das sociedades capitalistas.

Em verdade, nem mesmo a Escola Clássica da economia, que todos reconhecem ter um viés desenvolvimentista e normativo, tem, no método histórico, a base sustentadora das suas categorias analíticas. A rigor, a orientação fundamental era dada pela ciência positiva *do que é e do que tende a ser*. Quase sem exceção, parecemos ser antecedentes ou consequentes da Lei dos Mercados do francês Jean-Baptiste Say, defendida tão peremptoriamente pelo inglês David Ricardo<sup>12</sup>. Afinal, a tarefa exigida dos filósofos-economistas era construir uma estrutura teórico-ideológica de sustentação da nova ordem social que emergia.

Longe de ser nosso propósito aprofundar uma discussão acerca da história da análise do Estado, apenas destacamos alguns momentos desse processo que possam ajudar a fundamentar melhor a tese central deste ensaio: *o capitalismo é um sistema que só encontra momentos extraordinários de expansão quando submetido a processos centralizados de administração*. Ou seja, quaisquer que sejam os instrumentos empregados, o modo de produção capitalista só pode sobreviver se, e somente se, combinar estratégias de gestão no plano macro, enquanto nos planos micro e meso os atores econômicos privados atuam em liberdade consentida.

<sup>12</sup> As exceções ficam por conta de Thomas Robert Malthus (1986) e o extraordinário esforço intelectual de Joseph Schumpeter (1996). Fora do campo marxista, podemos destacar a rebeldia de Thorstein Veblen (2005).

Os exemplos históricos são inúmeros, a começar pelos aproximadamente 300 anos que transitam do fim do feudalismo – marcados que foram pelo absolutismo dos príncipes que possibilitou a acumulação primitiva em sentido amplo; no século XIX, o período *viktoriano* (na Inglaterra), o *bonapartista* (na França) e o *bismarckiano* (na Alemanha) dão o tom dessa centralidade estatal que leva à consolidação do capitalismo como modo de produção predominante, forjando as condições extraordinárias para sua expansão; no século XX, o sentimento de supremacia faz o Estado federado estadunidense assumir a liderança do processo de gestão dos interesses do capital nacional; esse modelo de administração política consagra-se com a implantação, em 1933, do *New Deal* (batizado de a Nova Era), momento em que toda a gestão dos macroprocessos sociais passa a ser centralizada no Estado<sup>13</sup>; desse instante em diante também se verifica que os avanços na expansão do capitalismo industrial na América Latina e na Ásia ocorreram em circunstâncias políticas autoritárias.

Abrindo um pouco mais o leque para a compreensão desse processo histórico, vemos que a origem do capitalismo está imbricada à origem do Estado: na e em razão do surgimento da propriedade privada<sup>14</sup>. Historicamente, observa-se que a propriedade privada – um dos elementos caracterizadores do modo de produção capitalista – só encontra seu desenvolvimento pleno com o gerenciamento social e político praticado pelo Estado. De onde se pode concluir que a expansão da propriedade privada não se dá por um processo autodeterminado, mas, antes, dependente de condições externas forjadas que lhe favoreçam<sup>15</sup>.

Entre aqueles que buscam entender a relação do Estado com a sociedade, Engels (s.d, p. 102, grifo do autor) é o que tem mais clareza da fundamentação histórica, ao dizer que com o instituto da propriedade privada

A riqueza passa a ser valorizada e respeitada como bem supremo e as antigas instituições das *gens* são pervertidas para justificar-se a aquisição de riquezas pelo roubo e pela violência. Faltava apenas uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada das riquezas; uma instituição, em uma palavra, que não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E esta instituição nasceu. Inventou-se o *Estado*<sup>16</sup>.

O abandono da sociedade comunal pelos indivíduos e pelas famílias e a construção de domínios privados restringiram o leque de possibilidades da produção social. Sendo assim, a necessidade de intercâmbio entre um domínio e outro era vital e inevitável, como também inevitáveis eram os conflitos daí decorrentes. Se, no domínio comunal, a riqueza era uma propriedade de todos<sup>17</sup>, de agora em diante será apropriada por poucos, embora sua criação dependa do esforço do trabalho coletivo. A luta sem regras de um domínio privado querer subordinar o outro na busca pela acumulação de riqueza, de um lado, e a disputa interna a cada domínio entre os proprietários e os trabalhadores, de outro, dificultavam o desenvolvimento dos negócios e a acumulação da riqueza material.

Para a nova ordem se mostrar superior à anterior fazia-se necessário estabelecer as regras que disciplinassem as novas relações sociais: seja mediante a institucionalização de um arcabouço jurídico, seja mediante um aparelho policial que impusesse penas aos transgressores – além de uma *rude* diplomacia que amenizasse os conflitos sem a aplicação de sanções.

Como é próprio de sua natureza, o processo de criação e expansão da riqueza alicerçado na propriedade privada é gerador, também, do germe da injustiça na repartição do resultado do esforço do trabalho coletivo, da divisão da sociedade em classes e dos conflitos entre essas. Nessas condições de reprodução, o domínio familiar só se sente seguro na administração

<sup>13</sup> Em famoso discurso pronunciado no dia 20 de agosto de 1932, há exatamente oitenta anos, em Ohio, Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt fez críticas ao Partido Republicano e apresentou suas propostas de administração política para o capitalismo norte-americano. Conferir em <<http://newdeal.feri.org/speeches/1932e.htm>>.

<sup>14</sup> Conferir o clássico de Hobsbawm (2010).

<sup>15</sup> Conferir também o magistral capítulo XXIII, intitulado “A chamada acumulação primitiva”, em Marx (1985).

<sup>16</sup> É estranho constatar que essa tão esclarecedora passagem de Engels não seja citada por aqueles estudiosos que procuram compreender e explicar a relação do Estado com a sociedade, particularmente os autores marxistas que ficam debruçados em um esforço intelectual estéril em caracterizar e tipificar a relação do Estado capitalista com a sociedade. Por conta disso, em uma situação de crise, a análise marxista quando instada a ser normativa perde a autonomia e o pudor e se alinha às premissas oriundas da seara conservadora.

<sup>17</sup> Ver o clássico da fase juvenil de Marx (2006).

de seus negócios caso os veja crescer, expandirem-se. Porém, para crescer é condição necessária primeira apropriar-se do esforço alheio; essa forma de apropriação tende, inevitavelmente, a produzir insatisfações, conflitos. Desse modo, à medida que essas relações vão se desenvolvendo, tornando-se mais complexas, mais sofisticação se exige dos aparelhos dessa nova instituição chamada Estado.

Porém, ainda que as insatisfações e os conflitos fossem, cada vez mais, restringidos pelas leis e pela repressão, o crescimento dos desejos individuais era incapaz de se harmonizar com o interesse coletivo da classe dos proprietários; isso passou a gerar instabilidade, incerteza, impedindo que os negócios florescessem no ritmo requerido pela necessidade de legitimação do novo modo de produção, baseado na propriedade privada. Era necessário que o Estado fizesse algo mais: liderar o processo de acumulação de capital, assumindo, em um primeiro momento, responsabilidades na criação das condições sociais, políticas, econômicas e físicas para a acumulação<sup>18</sup> – ele [o Estado] dando unidade a si próprio (unificando as necessidades e centralizando grande parte do processo decisório – o Estado absolutista), assim como centralizando as ações voltadas para os negócios internos e externos. Neste último caso, em particular na conquista de novos mercados pela via da “diplomacia”, ou, o que era mais comum, pelo uso da força.

Tal propósito (aperfeiçoamento da institucionalidade do Estado) é perseguido desde as formas originárias de como o Estado erigiu-se sobre – como diz Engels – as ruínas das *gens*, até as formas mais puras e clássicas: (o Estado ateniense), onde essa instituição nasce do antagonismo de classe no seio da própria *gens*; na fase seguinte (em Roma), o Estado nasce sobre os escombros da *gens* destruída; com a superação dos romanos pelos germanos, o Estado nasce como necessidade de conquistas de amplos territórios que o regime gentílico era incapaz de dominar. Aqui, tem-se a forma mais bruta e concentrada de poder: político, econômico e religioso (ver ENGELS, s.d).

Embora esse modo de gestão, centralizado, fosse adequado aos interesses dos proprietários que viam oportunidades de conquista de novos mercados, expansão dos negócios e acumulação mais rápida da riqueza, em contrapartida a soberania do príncipe era perigosa e contraditória (sobretudo pelo parasitismo da corte) com os interesses de longo prazo da classe hegemônica do novo regime. Apesar de no início haver uma associação com a Corte para derrotar a nobreza e a Igreja, com a evolução dos negócios – cada vez mais dinâmicos e prósperos – a burguesia europeia, e principalmente a inglesa, procura elaborar um pensamento (ideário) solapador da aliança política com o soberano e, assim, obter autonomia. O começo mais organizado desse movimento é o momento chamado *Renascentista*, instante em que o “homem, mesmo temeroso, começa a separar-se da grande ordem do universo para ser um espectador e organizador dessa ordem” (ABRAÃO, 1999, p. 130). É um momento em que a fé cristã é abalada pelas reformas e em que se vê o alvorecer da razão e do espírito científico. E a chegada triunfal ocorre com a versão mais acabada do movimento renascentista: o *iluminismo* – sobretudo o francês, cujos representantes mais destacados se autodenominavam *les philosophes*!

O propósito desse movimento era que o homem, passando a observador do universo, também deixasse seu estado de natureza e chegasse a estágios de convivência mais civilizados, conforme a visão hegeliana<sup>19</sup>. Para tanto, era imprescindível que perdesse parte de sua individualidade em favor de algo mais coletivo, materializado no que Hobbes chamou de “homem artificial”, transformado em um corpo político: o Estado. Mas para que tanto esforço intelectual nessa direção se já havia um Estado com suas estruturas fundantes plenamente edificadas? A própria Revolução Inglesa já não havia implantado a monarquia parlamentarista?

Em verdade, não estava em causa edificar ou não um Estado; até porque este [o Estado] já existia. A grande questão era saber se o Estado que nascia da ruptura da construção gentílica, aventurando-se a conquistar mares e territórios, levando as bases da acumulação para fora do núcleo das *gens*, abrindo oportunidades de negócios com poder decisório (administração política) centrado na figura do rei, atendia aos interesses da nova classe que emergia do surgimento do novo modo de produção: a burguesia.

Considerando que a resposta a esse questionamento é negativa, então a tarefa a realizar era ampliar os espaços políticos mediante a captura do Estado, adequando suas ações aos interesses da nova ordem econômica. Ainda que a Revolução

<sup>18</sup> A principal delas, provavelmente, é a organização do mercado de trabalho. Sobre esse assunto ver Gomes (2009b).

<sup>19</sup> Do século XIV ao XVII, a Europa passou por grandes tragédias e embates políticos destruidores e transformadores: a Guerra dos 100 Anos, o fim do Império Romano, a queda de Constantinopla, as Cruzadas, a Santa Inquisição (perseguição sem fim ao desenvolvimento das artes e da ciência) e a pirataria – forma mais simples, rude, primitiva e imoral de expropriação para a acumulação de riquezas.

Francesa não se reproduzisse em outras partes do mundo<sup>20</sup>, foi capaz de construir (elaborar) uma *Cartilha Pedagógica* que, até hoje, sempre que a classe dominante está ameaçada por questionamentos óbvios, abre-a e faz uma leitura em voz alta: *Liberdade, Igualdade e Fraternidade!* Com isso, o capitalismo declara prescindir das bases instituidoras (das muletas que o fizeram andar: o Estado Absolutista!). Nesse caso, mais conveniente era substituir o exército armado por um exército de diplomatas, capazes de conquistar (com menor custo) novos mercados para as mercadorias originárias dos parques fabris – a nova fonte de riqueza.

Porém, a guerra, ainda, não estava ganha; a marcha triunfal, durante todo o século XIX, foi precedida pela construção de um ideário santificador que conduziria o capitalismo à vitória consagrada: o liberalismo econômico! O ponto de partida foi a transformação dos filósofos em economistas profissionais. Era preciso um melhor entendimento do que estava acontecendo com as transformações na base econômica; era preciso um melhor entendimento do que estava acontecendo com as relações sociais de produção e distribuição. Essa, sem dúvida, era a tarefa de muitos escritores da República das Letras – como assim se consideravam os franceses; porém, Adam Smith, entre todos, foi o mais capaz – ou que compreendeu melhor – o trabalho a ser feito.

Independentemente de sua contribuição no equacionamento de questões relacionadas ao trabalho (da divisão do trabalho, do valor etc.), preços das mercadorias, impostos, mercados, comércio exterior – e, assim, fundando um novo campo do conhecimento, a Economia Política –, *a maior edificação e a mais sólida* deixada por Adam Smith parece ser a análise sobre os limites que seriam convenientes para a atuação do novo Estado. Sua clareza a respeito desse ponto era tão contundente que, entre suas recomendações, se encontra aquela que orientava o Estado a zerar a dívida pública, forma possível de manter a expansão da produção de riqueza com o sistema econômico em condições de equilíbrio, sem obstáculo à acumulação – sem crises, portanto. Essa é a recomendação central que nos guia até hoje<sup>21</sup>.

Não obstante a consistência analítica do pensamento de Smith, o pressuposto principal que lhe dá sustentação, além de falso, está custando muito caro aos interesses do capitalismo nos tempos contemporâneos: o de que o Estado é externo às relações econômicas<sup>22</sup>. No entanto, seu sistema fortalece-se e ganha solidez com a síntese de Jean-Baptiste Say (com sua Lei dos Mercados) e David Ricardo (com sua Lei das Vantagens Comparativas e a inexorável derivada: a Lei da Divisão Internacional do Trabalho).

A força de tais ideias foi tão avassaladora porquanto convenientes ao modo de produção que emergia e a seus adeptos; nem mesmo argumentos contrários consistentes e evidentes – como o princípio da demanda efetiva exposto com clareza por Malthus – sequer eram considerados ou levados a sério. O debate mais elevado foi travado entre Malthus e Ricardo e deveu-se mais, talvez, pela grande amizade entre ambos do que pela consideração que se tinha pelo argumento contrário; sobre esse ponto, assim se expressou Keynes (1983a, p. 34):

Na economia ricardiana, que serve de base ao que nos vem sendo ensinado há mais de um século, a ideia de que pôr de lado, sem outras cogitações, a função da demanda agregada é fundamental. Malthus, na verdade, se opôs com veemência à doutrina de Ricardo de que era impossível uma insuficiência da demanda efetiva, porém em vão. Não tendo conseguido explicar com clareza (a não ser por fatos da observação prática) como e por que a demanda efetiva poderia ser deficiente ou excessiva, deixou de fornecer uma estrutura capaz de substituir a tese que atacava; assim, Ricardo conquistou a Inglaterra de maneira tão completa como a Santa Inquisição conquistara a Espanha. Sua teoria não só foi aceita pelos meios influentes de Londres, pelos estadistas e pelo mundo acadêmico, como também cessou toda a controvérsia, e o ponto de visto contrário desapareceu por completo e deixou de ser discutido.

<sup>20</sup> Dizemos assim porque a Inglaterra fez a sua revolução 100 anos antes (1688); os Estados Unidos também fizeram a revolução da independência antes (1776); e a Rússia não tinha como premissas inspiradoras para fazer a Revolução de 1917 aquelas que inspiraram a Revolução Francesa.

<sup>21</sup> Para maior aprofundamento do pensamento smithiano acerca desse ponto ver Santos (2001).

<sup>22</sup> Páginas atrás, a longa citação de Engels evidencia o rotundo equívoco desse pressuposto; na p. 160 do mesmo livro, Engels é mais enfático acerca desse ponto ao dizer que “O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é ‘a realidade da ideia moral’, nem ‘a imagem e a realidade da razão’, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a determinado grau de desenvolvimento, e a confissão de que essa sociedade enredou-se em uma irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irremediáveis que não consegue conjurar. Mas, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não devorem e não consumam a sociedade em uma luta estéril, faz-se necessário um poder colocado *aparentemente* (grifo nosso) por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’ (grifo do autor). Este poder, nascido da sociedade mas posto acima e dela se distanciando, cada vez mais, é o Estado”. É exatamente, essa a situação que hoje vive o capitalismo: os seus gerentes, caso não se livrem do pressuposto smithiano e caso [os gerentes] não se importem minimamente com a dignidade humana, daqui em diante, provavelmente, não encontrarão saída para a crise contemporânea.

O grande enigma da demanda efetiva com que Malthus havia lutado desapareceu da literatura econômica. Não se faz qualquer menção, uma vez sequer, em toda a obra de Marshall, Edgeworth e do Professor Pigou, que deram à teoria clássica a sua forma definitiva. Apenas sobreviveu, furtivamente, nos subterrâneos do mundo de Karl Marx, de Silvio Gesell e do Major Douglas.

A vitória desse pensamento dava à burguesia não só a posse do capital que lhe permitia o comando do processo de expansão da riqueza, mas também as ideias justificadoras dessas novas relações sociais de produção e distribuição. Assim, esse pensamento parecia inequívoco e o triunfo e a trajetória do capitalismo pareciam inabaláveis. Nem as críticas que nasciam de dentro e alertavam para os equívocos das orientações – Malthus e o princípio da demanda efetiva ou mesmo aquelas que defendiam a preservação do Antigo Regime; nem as críticas externas reivindicando uma sociedade socialista em substituição ao feudalismo – como o movimento anarquista, o socialismo proudhoniano ou o socialismo científico de Karl e Engels – tiravam o capitalismo da sua trajetória consagradora!

Mas, se há um consenso entre as diferentes correntes do pensamento sobre o caráter instável do capitalismo, o que o fazia triunfar tanto e por tanto tempo?! Nos primeiros 100 anos (entre 1750 e 1850), a corrupção e a incompetência dos governos e a convicção de que o progresso material era fruto da iniciativa individual aumentavam a fé no *laissez-faire* (1983c, p. 109). Por outro lado, entre 1850 e 1914, a Europa exportaria, em média, 1 milhão de pessoas por ano, cujo destino eram suas colônias ou ex-colônias<sup>23</sup>. Como é possível detectar uma crise se não há desemprego<sup>24</sup>?

Porém, em algum momento, apesar de todos esses artifícios, os sinais de crises começaram a aparecer – é o que vai acontecer no último quartel do século XIX. Segundo Keynes (2002, p. 5-6):

Antes de 1870 diferentes partes do pequeno continente europeu se tinham especializado na produção de alguns produtos; tomada em conjunto, porém, a Europa era substancialmente autossuficiente, e sua população estava ajustada a essa situação [...] Depois de 1870 desenvolveu-se em larga escala uma situação sem precedentes, e nos cinquenta anos seguintes a condição econômica da Europa tornou-se peculiar e instável.

Nesse ponto, a análise econômica refaz-se abandonando, parcialmente, a tradição clássica, passando a dar mais ênfase ao funcionamento ótimo do sistema econômico, com base no cálculo econômico racional, visando a alcançar o estágio de “bem-estar”. Nesse sentido, a proposta da economia parece se desvincular de qualquer possibilidade normativa – ou seja, o Estado não pode e não deve fazer nada além do estritamente necessário – tal como Smith havia recomendado, há mais de 100 anos; mas sem as ressalvas feitas pelo próprio Smith!

A questão central formulada pela *nova economia* era: como distribuir o esforço tributário para cobrir um dado nível (mínimo) de gasto? As possibilidades não eram muitas: a) ou se faz uma arrecadação de acordo com o benefício recebido, ou b) se adota o critério da capacidade de pagar de cada indivíduo. Essas premissas estavam ancoradas em dois pressupostos: 1) as relações do Estado são como as relações de mercado – com os preços da produção pública sendo definidos de acordo com os critérios de mercado; e 2) sendo assim, a despesa (orçamento de gasto) do Estado, portanto, deve estar vinculada à contribuição do consumidor, do cliente; afinal, do eleitor.

A fragilidade de tais pressupostos impôs questionamentos inevitáveis como os relacionados à distribuição, estabilização e alocação. Certamente que as respostas dadas tinham origens no plano metafísico – a exemplo de dizer que a *distribuição* é dada e aceita por todos nós (não se diz como essa adesão foi conseguida); que a *estabilização* é garantida pela não intervenção do governo no domínio econômico (também não se diz qual a evidência empírica dessa afirmativa); e, por fim, que a *alocação* ótima é alcançada pela orientação dada pelo sistema de preços (acreditamos que nem os mercados de títulos e valores mobiliários servem de base para orientar os portfólios)<sup>25</sup>.

Indo mais além nas indagações aos postulados da economia liberal, fica difícil defender o princípio da tributação pelo benefício recebido como norma de igualdade e reciprocidade em se tratando de bens públicos; invariavelmente, esses bens são

<sup>23</sup> Decerto que a moral do período vitoriano (1837 a 1901) ajudou em muito a esconder as razões do degredo das camadas pobres de europeus ao caracterizar o trabalhador (homens e mulheres) desempregado como vadio, prostituto e ladrão.

<sup>24</sup> Sobre esse ponto ver Hobsbawm (1995).

<sup>25</sup> A respeito desse ponto ver Musgrave e Musgrave (1986).



indivisíveis e de externalidade positiva. A saída toma por base as hipóteses irrealistas, quando não heroicas – por exemplo: que os princípios da exclusão e das trocas monetárias podem ser aplicados à satisfação coletiva (mercado de bens públicos), ou que há possibilidade de se determinar a produção ótima das necessidades sociais, ainda que as preferências não sejam reveladas (principalmente no caso do bem de consumo coletivo, cuja oferta está sempre à frente da demanda efetiva). Verdadeiramente, a indivisibilidade dos bens e dos serviços de consumo coletivo foi fatal ao triunfalismo glorioso da ala mais conservadora do pensamento neoclássico.

Keynes, em certo momento, disse que os economistas em dificuldades para resolver os problemas do presente acabam jogando a solução para o futuro. Como os pressupostos do novo pensamento não tinham muita correspondência com o cotidiano dos atos de produzir, realizar e distribuir, foi encontrada uma solução de longo prazo – atribuindo-se um caráter declinante da utilidade marginal da renda e com isso ficavam estabelecidas as condições para se transferir para o futuro a tributação da propriedade (estoque) para a renda (fluxo).

Esses aperfeiçoamentos dos fundamentos da economia de mercado – associados com outros experimentados pela economia europeia, agravados pelos sinistros da Primeira Guerra Mundial e pelo espectro da Revolução Russa, alastraram-se para outros países do continente – só faziam agravar a situação econômica e aumentar a desconfiança no liberalismo.

Do ponto de vista da análise, Keynes (1983c, p. 120, grifos do autor) tenta dar o tiro de misericórdia nas pretensões metafísicas do *laissez-faire* quando categoricamente disse:

*Não é verdade que os indivíduos possuem uma “liberdade natural” prescritiva em suas atividades econômicas. Não existe um contrato que confira direitos perpétuos aos que têm ou aos que os adquirem. O mundo não é governado do alto de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam. Não é administrado aqui embaixo para que na prática eles coincidam. Não constitui uma dedução correta dos princípios da Economia que o autointeresse [sic] esclarecido sempre atua a favor do interesse público. Nem é verdade que o autointeresse [sic] seja geralmente esclarecido; mais frequentemente, os indivíduos que agem separadamente na promoção de seus próprios objetivos são excessivamente ignorantes ou fracos até para atingi-los. A experiência não mostra que os indivíduos, quando integram um grupo social, são sempre menos esclarecidos do que quando agem separadamente.*

Porém, de pouco adiantou a força intelectual das argumentações de Keynes; o capital já não se preocupava tanto com a crise europeia; sua inspiração, agora, vinha da exuberância da economia nacional estadunidense – a nova liderança hegemônica do sistema capitalista mundial. Só os fatos da realidade fizeram os homens de negócios mudarem de opinião, reconhecendo que o ideário liberal, tal como pensado nos séculos XVIII e XIX, não mais servia para guiar os interesses e o destino do capitalismo<sup>26</sup>.

Assim, os estragos produzidos pela crise da década de 1930 fizeram que os ideólogos e administradores políticos daquela conjuntura aceitassem uma gestão menos autônoma do mercado e mais centralizada no Estado – com este assumindo a responsabilidade maior em aperfeiçoar as regras que disciplinariam o funcionamento do sistema econômico e no controle direto da produção social. E foi nesse sentido que Roosevelt propôs uma administração política para o capitalismo em contraposição à hegemonia exercida até então pelas forças de Wall Street à época.

Mas as garantias de estabilidade das relações econômicas ainda não estavam dadas apenas com as mudanças gestoriais no plano de cada nação *per se*; era necessário estender a nova concepção administrativa para o plano das relações internacionais, criando instituições estatais para esse fim. Essas foram gestadas nas conferências de Bretton Woods, de onde nasceram a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD – Banco Mundial), o Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT) –, incluindo o filho bastardo que nasce naquele momento: o Plano Marshall<sup>27</sup>.

Portanto, as medidas no plano político-administrativo proporcionaram estabilidade às relações sociais (notadamente as de produção, realização e distribuição) e, com isso, a expansão extraordinária da riqueza no pós-Segunda Guerra Mundial, diferenciando esse período dos demais antecedentes da história do capitalismo.

<sup>26</sup> Ver nota de rodapé 15.

<sup>27</sup> Dizemos filho bastardo porque, dificilmente, o Plano Marshall seria concebido pelos norte-americanos se o Banco Mundial não recebesse a letra “D” de desenvolvimento pela insistente valentia e oportunidade do representante mexicano no Encontro de Bretton Woods.

Prisioneira dos ideais liberais, a velha teoria econômica sequer esboçava reação que explicasse a crise; muito menos propor solução para superá-la. O próprio Keynes (1983a, p. 256) – considerado crítico ferrenho do pensamento vigente – vai dar salvo-conduto ao pensamento conservador ao dizer que: “[...] se os nossos controles centrais lograrem estabelecer um volume de produção agregado correspondente o mais aproximadamente possível ao nível de pleno emprego, a teoria clássica retornará, daí em diante, a sua devida posição”<sup>28</sup>.

Depois de aproximadamente 35 anos de vertiginosa expansão da riqueza material, problemas estruturais graves vão aparecer e interromper a dinâmica de crescimento – déficit público “elevado”, altas taxas de inflação e desemprego, queda na taxa de lucro etc. Isso não era para acontecer. Se as medidas idealizadas e implantadas na década de 1930 e complementadas com as sugestões encaminhadas pelas conferências de Bretton Woods fossem bem administradas – como sugeriu o próprio Keynes – o curso dos eventos e a trajetória de expansão do capitalismo certamente seria outra. Em verdade, nem a chamada economia keynesiana, nem, muito menos, a economia ortodoxa sabiam explicar as razões que levaram ao sucesso tão retumbante. Da crise de 1970 em diante, o comportamento fugidio dos próprios keynesianos isentando-se de qualquer culpa pela crise e a desfiliação de intelectuais ao credo intervencionista são sintomas característicos da incredulidade em relação ao que estava acontecendo.

Em verdade, do ponto de vista ideológico, não era conveniente aceitar a supremacia da análise dando conta de que o sucesso do período anterior decorreria mais de medidas relacionadas à melhor administração das relações sociais de produção e distribuição – incluindo, particularmente, as relações capital-trabalho – do que fruto da orientação de um dado pensamento econômico. Note-se que mais cedo ou mais tarde, todas as correntes – excetuados os membros desgarrados de uma ou outra filiação teórico-ideológica – condenaram o intervencionismo do Estado – incluindo nesse bloco os marxistas revisionistas. O pressuposto é sempre o mesmo: a ineficiência alocativa inerente à ação do estatal produz déficit e aumenta custos, provocando distúrbios ao ciclo dos negócios privados.

Com tamanha adesão, a ala conservadora não precisará de muito tempo para recuperar a hegemonia perdida – um lustro foi o bastante. Por isso, já na segunda metade de 1970, a ortodoxia entrega-se à execução de um ambicioso projeto de conquista do poder político – dando, assim, centralidade de comando aos ideais neoliberais, destruindo qualquer possibilidade de renovação do pensamento dito keynesiano<sup>29</sup>. Com os conservadores no poder, no início de 1980, a nova tarefa seria elaborar e implantar o projeto de gerenciamento do *novo capitalismo*. Nesse instante, as relações macroeconômicas de mais longo prazo, voltadas para o desenvolvimento (a Economia Política) e, sobretudo, a Administração Política (gestão das relações de produção, realização e distribuição) perdem espaço para a microeconomia (nova economia institucional, gerenciamento de risco etc.) e para a administração profissional dos processos produtivos (Qualidade Total, Reengenharia, 5S etc.).

Decerto, essa era uma tarefa tanto mais facilitada à medida que a oposição ia se enfraquecendo: no *front* interno a crise econômica aumentava o desemprego que fragilizava, politicamente, os sindicatos; no plano externo, o contraponto dado pelo socialismo via-se esmaecer por conta da derrocada política e econômica da União Soviética.

O ano de 1989 parece ser o fim de uma longa reconstrução; finalmente, as nações líderes puderam *anunciar* ao mundo – em reunião do G-7, realizada em Washington, em novembro desse ano – uma espécie de nova renascença para o capitalismo: a palavra de ordem era radicalizar a descentralização do processo decisório, com o Estado passando por um amplo processo de reestruturação e lhe sendo atribuída a tarefa de zelo maior das políticas monetária e fiscal: equilibrar as relações de débito e crédito era o mais urgente dos trabalhos.

Como se disse que o momento significava o fim da história, com o triunfo final do capitalismo, também se podia dizer que aquele instante e os passos seguintes podiam estar significando o ciclo da evolução não da história, mas do próprio capitalismo; e cujos atos (à semelhança do ouroboros) simbolizam o fim do ciclo da evolução – mediante a destruição de si mesmo<sup>30</sup>.

<sup>28</sup> Para uma discussão aprofundada da construção para a superação da crise e expansão posterior, ver Santos (2010b).

<sup>29</sup> E assim dá cabo da brincadeira que se fazia com os economistas monetaristas, durante a era dourada, que dizia: *nada mais keynesiano do que um conservador no poder*. E nesse sentido tem razão o filósofo marxista Perry Anderson (2012, p. 13) quando dizia que as tarefas de *administrar* o mundo, nacional e internacionalmente, com base nos legados clássicos do pensamento político, de Platão a Nietzsche, têm sido do maior interesse para a direita política e econômica.

<sup>30</sup> A invasão do Iraque, em 1989, expressando desejo exclusivo dos Estados Unidos, sem qualquer rito de passagem pelo Conselho de Segurança da ONU, mostrava muito bem o grau de brutalidade do projeto neoliberal que, naquele instante, se tomava conhecimento na sua forma mais completa, cujos aperfeiçoamentos estão sendo feitos ao longo da sua implantação.

As propostas que os conservadores elaboraram ao invés de levarem à recuperação da crise, mais serviam para alimentá-la: a) o maior poder de regulamentação, de produção e de intermediação não se descentralizou; apenas mudou de comando: do Estado para a órbita do capital financeiro; b) à medida que o Estado perdia poder de arbitragem sobre as relações sociais, mais seu “desequilíbrio fiscal” aumentava a relação dívida pública bruta e produto interno bruto que, no período anterior, era, em média, de 30%; nos tempos de hoje alcança entre 70% e 100%, em alguns países da Zona do Euro (França, Bélgica, Áustria, Alemanha, Portugal, Irlanda e Espanha), ao passo que em outras nações importantes, tanto dessa região quanto de fora, já ultrapassaram os 200% (Itália, Grécia, Japão) (GONTIJO e OLIVEIRA, 2012); c) a taxa de desemprego é escandalosamente elevada – chegando, como nos casos da Espanha e da Grécia, aos impiedosos e desumanos índices de 24,4% e 21%, respectivamente<sup>31</sup>; no mundo, já somos cerca de 202 milhões de desempregados, em consequência das medidas contra a crise (ILO, 2012); d) enquanto a taxa de crescimento médio do PIB mundial, no período anterior, ficou acima de 5%, de 1970 até 2010 esse índice estacionou em, aproximadamente, 2%.

Tudo isso é, em grande medida, consequência de orientações equivocadas da Administração Política, em razão de: 1) quando pretendeu o mercado ser capaz de coordenar os interesses de centenas de milhões de agentes, particularmente em situações em que as preferências (por razões óbvias) não são totalmente reveladas; e 2) quando imaginou poder sair da crise, no início da década de 1970, reestruturando-se para atuar, apenas, nos espaços capitalistas plenamente desenvolvidos. A periferia dos países desenvolvidos, da América Latina, uma parte da Ásia e toda a África ficaram de fora das perspectivas de desenvolvimento, nas últimas quatro décadas. E só não estão, exatamente, as mesmas de 40 anos atrás porque estão maiores e mais degradadas<sup>32</sup>. Verdadeiramente, a Administração Política do capitalismo não deu um passo nessa direção. Há que se considerar, portanto, que esse tem sido um erro fatal para as pretensões futuras do sistema<sup>33</sup>.

Tais argumentações possibilitam-nos a compreensão de que o Estado capitalista perdeu enorme capacidade de coordenação e esse fato tem levado à desorganização das relações sociais de produção e distribuição – tem levado ao aprofundamento da crise.

## CRISE E DESPATRIMONIALIZAÇÃO SOCIAL

O estreitamento dos espaços da produção capitalista, muito bem analisado por David Harvey, em vários de seus livros, aliado à política de equilíbrio fiscal, inevitavelmente levaria a uma estabilidade dos preços – dizia-se que era a condição *sine qua non* para que o produto voltasse a crescer. Com isso, a política da ortodoxia passava a negar seus próprios pressupostos, particular e principalmente o que estabelecia uma relação de causa e efeito entre déficit público e instabilidade do sistema econômico.

Depois de 45 anos (desde 1970), chegamos a amadurecer a reflexão de que a formulação mais correta seria o contrário: as crises cíclicas da economia capitalista – que sempre exigem ou ações moderadas do Estado na política de tributação, ou ações mais agressivas por mais gastos para elevar a demanda efetiva – têm sido as principais causas do aumento do déficit público, de onde já se pode antever uma perspectiva mais real de crise fiscal. O que antes era apenas um espantalho ideológico como instrumento de intimidação para preservar o interesse, principalmente da classe dos *rentiers*, agora passa a ser algo concreto; e no ritmo em que o Estado aporta recursos para preservar os bancos de uma crise financeira ampla – e não só fiscal – está muito próximo de nossos dias<sup>34</sup>.

<sup>31</sup> Com esses altos índices de desemprego, a classe trabalhadora desmobilizou-se e perdeu a capacidade política de reação à política neoliberal; mas também é certo dizer que, quando chegou ao poder, nada mudou, posto que estava desprovida de projeto e, sobretudo, de como mudar seu destino. Usou a mesma teoria e a mesma metodologia do conservadorismo; por isso, o resultado alcançado tem sido igual ou pior.

<sup>32</sup> *Pode-se alegar* que a China desmente, pelo menos em parte, esse argumento. Dizemos que não desmente por uma simples razão: a China é um produto de si mesma; tomou a decisão de fazer assim – não devemos esquecer que a União Soviética tomou outro caminho por orientação do Ocidente e deu no que deu. E a situação do Ocidente não é pior por conta dessa iniciativa autônoma da China.

<sup>33</sup> Com base no princípio da demanda efetiva, Malthus (1986) propugnava como fatores anticrise a distribuição de renda (contratação de trabalhadores improdutivos, aumento dos salários e a redivisão da propriedade da terra) e a expansão das atividades econômicas externas (via comércio e produção). Esse pensamento era também compartilhado até mesmo por Rosa Luxemburgo ao defender que, para evitar as crises cíclicas, a produção excedente deveria ser absorvida pelos mercados externos: os gastos militares e a ampliação do comércio com outras nações.

<sup>34</sup> Corroborando nossa análise, vejamos o que diz Harvey (2011, p. 47): “No coração do sistema de crédito está um conjunto de acordos que constitui o que chamo de ‘nexo Estado-finanças’. Isso descreve a confluência do poder estatal e das finanças que rejeita a tendência analítica de ver o Estado e o capital como claramente separáveis um do outro. Isso não significa que o Estado e o capital tenham constituído, no passado ou agora, uma identidade, mas que existem estruturas de governança (como o poder sobre a confecção da moeda real no passado e os bancos centrais e ministérios do Tesouro hoje) nas quais a gestão

O mais relevante a destacar é que o problema crucial dessa *nova administração política* do capitalismo não é a crise financeira que emerge nos Estados Unidos (2007, 2008 e 2009) e se desdobra na Europa (em 2011 e 2012), e, sim, a preocupante constatação de não se saber muito bem sua extensão e muito menos ainda quando essa terá fim. Caso essa crise se prolongue e leve à incapacidade técnica de o Estado aportar recursos para evitar colapsos, a saída histórica será a estatização da intermediação financeira; tem sido sempre assim e agora não será diferente. Fiquemos atentos<sup>35</sup>.

O preocupante nesse movimento é que não está sendo observado por aqueles que conduzem as ações do Estado e, sobretudo, pelas pesquisas acadêmicas é o forte processo de *despatrimonialização social*<sup>36</sup> do segmento mais pobre (e majoritário) das sociedades capitalistas. As quatro décadas de crise e a política engendrada, até aqui, para solucioná-la têm feito que o Estado perca a capacidade de coordenação e alocação autônoma, levando à desorganização das relações sociais.

Com isso, as conquistas políticas e sociais que se materializaram em quase 2 séculos de lutas vão se desfazendo aos poucos de forma quase imperceptível, a partir deste último quartel do século XX e início do século XXI<sup>37</sup>. Se já não havia tanto encanto do Estado capitalista em orientar sua atuação para a finalidade de superar as insatisfações com as relações de produção e distribuição, depois de 1970 até os dias correntes o Estado, de fato, passa a assumir o papel de comitê central dos interesses da burguesia – constatado por Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, escrito em 1848.

## BRASIL, ESTADO E CAPITAL PARASITÁRIO

Percebe-se que o falso diagnóstico da crise fiscal e a férrea e impiedosa política de ajuste das contas públicas têm levado ao sucateamento de políticas ditas sociais ou meritórias (educação, saúde, segurança, previdência social, assistência social etc.) e, também, das de infraestrutura (saneamento, habitação popular, estradas, portos, aeroportos etc.). A universalização das políticas sociais foi acompanhada pela perda de qualidade, o que vem tornando essa universalização uma política meramente formal, sem força transformadora maior.

Assim, é dramático constatar, tomando a realidade brasileira como exemplo, que o pouco que sobrou das políticas de natureza social está sendo consumido com exclusividade pelos pobres, mesmo assim com acesso limitado: com a saúde, com serviços de baixa complexidade, com exceção da traumatologia; a educação, até o nível pré-universidade – mesmo assim, sua qualidade é tão ruim que os que a recebem saem do sistema, em sua grande maioria, semianalfabetos; a segurança pública, os mais endinheirados já a dispensaram há muito tempo – os índices de violência na periferia dos grandes centros urbanos dizem muito do que essa [a segurança] representa para os mais pobres.

Quanto mais esse grau de exclusividade aumenta, observa-se, a olho nu, que essas políticas mais distantes vão ficando dos seus objetivos; ou seja, mais vão perdendo abrangência e se tornando menos universais em sua eficácia, pela perda de qualidade ou pelo aumento do tempo de atendimento ou, ainda, pelo tempo de atendimento entre uma consulta médica e o alargamento do tempo necessário para um jovem concluir o ensino básico; e mais particulares na distribuição de seus resultados (a política de intervenção urbana é, cada vez mais, concentrada nas zonas ricas das cidades, ficando a periferia entregue não só à degradação física, mas também à degradação psicológica e moral).

Em algumas situações, estruturar uma burocracia estatal e vincular uma quantidade de recursos serve mais como forma de garantir um mínimo de legitimidade junto a esse segmento pobre do que atingir a finalidade de superar os problemas daquela área sob a intervenção do governo. Hoje, podemos constatar que a política estatal caracteriza-se como improvisada, desintegrada, inconclusa e onerosa.

À medida que essas contradições iam se aprofundando, os ideólogos responsáveis pelas políticas passavam a atribuir esses resultados a uma questão de eficiência das práticas da administração pública – carecendo, portanto, de novos métodos de

do Estado para a criação do capital e dos fluxos monetários torna-se parte integrante, e não separável, da circulação do capital”. Ora, o que significa isso se não é o que temos denominado, ao longo do texto, *administração política* do capitalismo contemporâneo!

<sup>35</sup> A Grécia, neste momento (julho de 2015), se aproxima dessa situação.

<sup>36</sup> *Despatrimonialização social* significa que a riqueza *per capita* em Tn (no futuro) é menor do que a riqueza *per capita* em T0 (no presente).

<sup>37</sup> Sobre as questões relativas à concentração e à distribuição, Thomas Piketty (2014) tem a última palavra.

gerenciamento. Com esse argumento ficavam justificadas todas as medidas reformadoras do Estado – que invariavelmente se concluíam em prejuízo da população-alvo das políticas estatais.

Considerando que a força de trabalho vinculada ao Estado está “despreparada” para absorver os novos métodos – porque envelhecida e viciada – a saída imediata<sup>38</sup>– argumentavam – era contratar consultorias e dotar o Estado de padrões gerenciais semelhantes àqueles “verificados” no setor privado. Porém, com o tempo, os resultados prometidos não apareciam e o fosso entre pobres e ricos se aprofundava; então, o problema não era de produtividade do Estado, mas, sim, de propósito das políticas – que era, de fato, reduzir despesas, aumentar receitas e, assim, garantir recursos ao Tesouro para honrar os compromissos com o sistema financeiro – *vide* essa desgraça humana na Tabela 3 e no Gráfico 2 a seguir.

**Tabela 3**  
**Estrutura da despesa do orçamento público federal brasileiro (R\$ milhões)**

Ano	Investimentos	Juros
1980	18.461	12.311
1981	34.432	5.441
1982	23.043	7.876
1983	15.751	9.570
1984	11.288	6.208
1985	16.260	18.866
1986	33.874	65.097
1987	40.126	18.491
1988	34.839	70.698
1989	16.600	165.802
1990	24.980	66.065
1991	28.501	11.314
1992	23.124	50.806
1993	32.136	64.581
1994	28.258	72.659
1995	21.978	77.607
1996	23.865	81.224
1997	29.108	81.221
1998	30.792	114.524
1999	23.219	151.413
2000	29.636	113.963

<sup>38</sup> Dizemos que é uma saída imediata porquanto o programa de reformas previa que para o futuro os quadros do Estado seriam renovados e já de posse das novas práticas gerenciais. Além disso, cabe ressaltar que os principais núcleos de comando dessas consultorias estão fora dos países receptores – normalmente nos organismos multilaterais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização das Nações Unidas etc.).

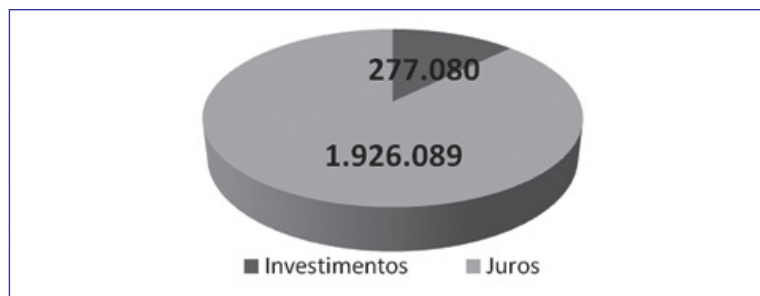
Continuação

Ano	Investimentos	Juros
2001	38.768	140.435
2002	23.722	129.448
2003	12.309	125.315
2004	18.949	129.699
2005	28.507	148.849
2006	31.700	244.510
2007	15.399	215.629
2008	13.526	152.451
2009	20.363	168.830
2010	30.599	217.489
2011	20.279	155.659
2012	24.608	149.406
2013	20.496	148.745
<b>TOTAL</b>	<b>839.496</b>	<b>3.392.202</b>

Fonte: Elaborada pelos autores.

Gráfico 2

Total de gastos em juros e investimentos, estrutura da despesa do orçamento público federal brasileiro – 2000-2009 (R\$ milhões)



Fonte: Elaborada pelos autores.

Desse modo, os esforços para aumentar os resultados – mediante as consultorias externas – mais pareciam indicar o aperfeiçoamento dos equívocos das políticas públicas. Sendo assim, o que se percebe, então, é que o nexo entre as políticas e o bem-estar social está se desfazendo pouco a pouco. A degradação quantitativa e qualitativa da produção estatal voltada para os interesses coletivos de natureza meritória é tão marcante que de um perfil expansionista para a cobertura plena passam a se caracterizar como programas *improvisados* e *inconclusos*. Essas não solucionam os problemas para os quais foram



concebidas e implantadas. Desse modo, da perspectiva da classe trabalhadora, esse Estado tem sido um *estorvo*, sem qualquer sentido em existir, um verdadeiro hospedeiro do capital parasitário<sup>39</sup>.

Mesmo em países como o Brasil, esse é um fenômeno recorrente. Se tomarmos as questões relevantes, nos últimos 30 anos, e que mereceram ações contundentes do Estado, não passa de miragens: assim vem ocorrendo com a política urbana – de um idealismo incontido do fim de 1960 e início de 1970, sequer se ouve falar dela atualmente; de igual modo, com toda a política de infraestrutura – havendo hoje um clamor nacional, visto que o nível de degradação é tamanho que, além de onerar os custos de produção, vitimiza seres humanos; porém, os casos mais incompreensíveis são os da educação, da saúde e da segurança. Como se disse antes, os setores de média e alta renda deixaram, há muito tempo, de consumi-los; os únicos locatários desses serviços são as pessoas mais miseráveis deste país.

Não obstante, a maior desesperança é perceber que mesmo os mais afetados parecem acreditar não haver alternativa ao direcionamento dos destinos que traçaram para nós. Até mesmo setores esclarecidos, que deveriam ter um posicionamento crítico em relação a esse processo, muitas vezes produzem análises de nossa realidade prescindindo da teoria ou da ideologia; mais parecem ser torcidas organizadas adeptas disso ou daquilo. Em verdade, são compreensões ou análises que vão se adaptando de acordo com os interesses – as nossas universidades parecem ser a vanguarda de comportamentos dessa natureza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de notas finais, é preciso ser compreendido sem constrangimentos pelo militante desse novo campo, que se denomina Administração Política, que o nosso trabalho é sempre guiado pelos nossos valores, pelas nossas crenças, pelas nossas ideologias; enfim, somos sempre orientados por uma larga subjetividade e exatamente por isso estamos sempre propensos a estar normatizando (mudando de curso) o que nos pareça fora da direção que imaginamos ser a mais correta, a mais justa segundo o nosso propósito e a nossa moral. Sendo assim, nós [militantes do campo da Administração Política] estamos distantes daquilo que a “ vaidade intelectual ” quer impor que sejamos: produtores de um conhecimento resultante de uma razão científica, limitado às atividades de *observar, expor e explicar* – cuja natureza é mais própria das chamadas *hard sciences*.

Embora não deixando de despender esforços na atividade acima – de construir uma teoria interpretativa do nosso campo de investigação –, a tarefa que parece mais adequada é aquela que, de posse das explicações mais sinceras acerca das mazelas da sociedade, se preocupe em *encaminhar, aconselhar e dirigir* as soluções para o enfrentamento dos problemas que nos perturbam nesse momento da trajetória do capitalismo. Devemos nos sentir engrandecidos por nos caber a tarefa de integrar os atos de *pensar e agir*. Em uma palavra, a sugestão, aqui, vai em direção de que mudemos o nosso hábito de elaborar um pensamento social crítico – até porque o resultado do trabalho não deve servir apenas aos nossos interesses; a sociedade (em seu conjunto) está mais necessitada do que cada um de nós individualmente!

David Harvey (2011, p. 40), que trata das mesmas preocupações que as nossas neste trabalho, diz que para explicar melhor as crises periódicas precisamos de uma compreensão muito melhor do que temos hoje de como o capitalismo funciona. Segundo ele:

O problema é que as teorias e ortodoxias econômicas que, manifestamente, não conseguiram prever a crise continuam informando os nossos debates, dominando o nosso pensamento e fundamentando a ação política. Sem desafiar essas concepções mentais dominantes não pode haver alternativa [...] que não seja um retorno frustrado ao tipo de capitalismo que nos levou a essa bagunça [...].

Completando seu raciocínio, indaga: “Como, então, podemos compreender a propensão a crises do capitalismo e por quais meios poderíamos identificar uma alternativa?”. O autor diz que essas são questões iniciais que animam as análises que vão ser feitas ao longo do seu livro.

<sup>39</sup> No Volume I do Livro I do *Capital*, Marx diz que em sua pesquisa verificará que tanto o capital dos comerciantes quanto o capital que rende juros são formas derivadas e ambas apareceram no curso da história antes da forma padronizada moderna do capital. No Livro III, ele tratará mais especificamente dessas formas e concluirá que são formas parasitárias, pois se ligam a qualquer sistema ou mecanismo de produção de riqueza para expropriar parte do excedente econômico. Por essa razão essas duas formas estiveram presentes no sistema feudal, em toda a Idade Média, participando da extração do excedente gerado.

Decerto que, aqui, a última das questões “[...] e por quais meios poderíamos identificar uma alternativa?” é o que nos anima nessas notas finais deste ensaio. Sendo assim, não queremos construir uma alternativa com base em um diagnóstico que nos é dado; queremos construir uma alternativa do *como fazer* a partir do que pensamos, conhecemos e explicamos acerca da nossa realidade.

Embora muito se fale que as causas da crise são variadas – de regras excessivas e inflexíveis que regulavam e “regulam” os mercados, passando por déficits públicos, chegando ao desemprego, seja em sua forma mais estrutural (desemprego tecnológico) ou mais conjuntural (falta de demanda efetiva) –, pouco ou nada se vê ou ouve falar sobre a *distribuição de renda*. Se se quer, verdadeiramente, discutir essa crise do capitalismo e identificar uma alternativa, a distribuição de renda e de riqueza tem de ganhar centralidade, enquanto as grandes rupturas sistêmicas não ocorrem.

Não dá para alguém imbuído de sinceridade ignorar que esta etapa da trajetória de expansão capitalista é a que experimenta o mais violento processo de expropriação, produção e concentração da riqueza e da renda<sup>40</sup>. Do ponto de vista pessoal, os mais ricos passaram a ter maior participação do que tinham há 40 anos<sup>41</sup>.

Do ponto de vista do capital, o processo de concentração e centralização é algo tão extraordinário que foge aos parâmetros da própria lógica capitalista conhecida até a primeira metade do século XX. Do ponto de vista espacial (ou geográfico, como costumeiramente chama Harvey), a situação não é diferente; fez-se uma opção (guiada pelo imediatismo do ganho e, provavelmente, inconsciente dos efeitos deletérios de longo prazo pela escolha desse caminho) de buscar ampliar a massa de lucro e a rentabilidade não pela incorporação de novas fronteiras de expansão da produção, mas recriando possibilidades de ganhos nos próprios espaços capitalistas. Os fatores decisivos que levaram a essa decisão foram: a) financiamento do Estado motivado pelas altas taxas remuneradoras dos títulos da dívida pública; b) as oportunidades de ganhos motivadas pelos negócios associados a compras e vendas, fusões, incorporação de empresas e, principalmente, as privatizações – espaços capitalistas mais privilegiados para a expansão e a acumulação dos grandes capitais<sup>42</sup>.

Tal movimento da desinstitucionalização parcial do Estado e a redução de sua capacidade de produção e de intermediação diminuíram, sobremaneira, a capacidade de gestão com a consequente desorganização das relações sociais de produção, realização e distribuição. Com isso, e mais a reserva de recursos fiscais para garantir os rendimentos dos credores, estão acabando de dismantlar o pouco que ainda resta dos programas de cobertura social – o que está levando a uma luta política de proporções e resultados desconhecidos, como as crises políticas e sociais na Grécia e na Espanha atestam.

Qual a alternativa para a superação da crise e a transformação da situação atual? Ou, à maneira de Lênin, *O que fazer?* Desconsiderando a bizarra crença de que o capitalismo possa ser ético em suas relações sociais (mas preservando a institucionalidade presente), uma expansão da riqueza de forma mais simétrica entre as nações (inclusive incorporando plenamente os espaços não capitalistas), acompanhada de um vigoroso programa de distribuição de renda, parece ser apenas possível mediante a centralização da gestão dos macroprocessos sociais. Isso significa dizer que a tarefa de estabelecer padrões civilizados nas referidas relações sociais caberá ao Estado, tal como ocorrera na crise e no pós-crise 1929-1933 até 1970 – a fase mais próspera de toda a história do capitalismo. Como proceder? Pensamos ser possível mediante um exercício no campo da Administração – não tanto da Administração Profissional, que vem sendo praticada há mais de um século e que desenvolveu extraordinariamente instrumentos operativos que levaram ao aprisionamento e à alienação do trabalhador; mas da Administração Política, capaz de desenvolver formas de gestão (concepção) mais aderentes aos interesses do nosso processo civilizatório do que aquelas que vêm sendo praticadas até o presente, fontes de conflitos e das crises cíclicas ou estruturais.

Harvey (2011, p. 224) considera que a alternativa que deve ser encontrada é outra, e, assim,

<sup>40</sup> Santos (2010a, p. 18) expressa esse mesmo sentimento afirmando que o sistema do capital “tem uma capacidade extraordinária de produzir riqueza material associada à outra etapa não menos extraordinária de transformar parte da humanidade em algo abjeto, desprezível e sem possibilidades de acesso a qualquer porção da riqueza produzida. Esse procedimento tem sido tão covardemente aceito como normal que o nosso olhar já parece transformar essa parcela excluída em seres da natureza não mais pertencente à raça humana!”.

<sup>41</sup> Ver Thomas Piketty (2014).

<sup>42</sup> O fato de os capitais não criarem oportunidades de ganhos abrindo novos espaços para a expansão da produção na periferia do capitalismo explica, em grande medida, a oportunidade que se abriu para a China – que, como já dissemos, é mais um projeto de si mesma e não do capitalismo europeu ou estadunidense.

[...] é que o surgimento de um movimento global de correligionários se torna crítico, mas só para deter a maré de comportamentos autodestrutivos do capitalismo [...] mas também para a nova reorganização e para começarmos a construir novas formas organizacionais coletivas, bancos de conhecimentos e concepções mentais [...].

E conclui:

Por mais que o capital tenha nos fornecido em abundância meios com os quais abordarmos a tarefa de transição anticapitalista, os capitalistas e seus lacaios farão de tudo ao seu alcance para evitar esse tipo de transição, não importando o quão grave a circunstância possa ser. Mas a tarefa da transição está conosco, não com os plutocratas (HARVEY, 2011, p. 224).

Seja como for, o plano da transformação coloca-se diante de duas possibilidades possíveis:

a) uma por meio de movimentos revolucionários – que embora ensejem procedimentos rápidos no alcance dos propósitos, o saldo histórico termina senão desaconselhando de todo essa via pelo menos recomenda cautela na sua adoção; b) outra possibilidade, mais de acordo com a ordem historicamente estabelecida, tem sido por meio de mudanças “por consenso” – porém, a lentidão no aparecimento dos resultados é tão irritante que parece sugerir a ruptura como a única alternativa possível (SANTOS, 2010, p. 5).

Mesmo considerando que a tarefa da transformação está conosco, antes de iniciá-la, por quaisquer das alternativas apontadas, devemos perguntar aos bilhões de seres humanos que vivem em condições materiais deploráveis se estão dispostos a lutar e por qual via.

Ademais, antes de sabermos que a luta é nossa, é preciso ter consciência da luta; e, para ter essa consciência, é necessário ter clareza de que o capitalismo é um sistema crítico por sua natureza: tanto econômica quanto moralmente. Porém, o que acontece, agora, é uma crise generalizada em seu espaço vital: as finanças. É com isso que as ciências sócias têm de lidar; que têm de trabalhar, inclusive com mais afinco e propósito – e não tergiversar.

Considerando o extraordinário avanço da ciência e da técnica, os últimos 250 anos foram um tempo demasiadamente longo para que fosse resolvido qualquer problema relacionado à materialidade humana!

## REFERÊNCIAS

- ABRAÃO, B. S. (Org.). **História da filosofia**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- ANDERSON, P. **Espectro**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BERNARDO, G. **O problema do realismo de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Vitória, s.d.
- GOMES, F. G. Ideologia e crise fiscal: uma interpretação crítica dos elementos básicos da reforma do Estado no período de ajustamento neoliberal brasileiro. **Revista Bahia Análise & Dados**, v. 19, n. 1, p. 15-34, 2009a.
- GOMES, F. G. Mobilidade do trabalho e controle social. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 32, p. 33-49, 2009b.
- GONTIJO, C.; OLIVEIRA, F. A. **A crise da União Europeia (why pigs can't fly)**. Belo Horizonte: Corecon/AsseMG, 2012.
- HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HOBBSAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, E. **A era do capital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION – ILO. World of Work Report. 2012. Disponível em: <<http://www.ilo.org/global/research/global-reports/world-of-work/lang--en/index.htm>>.
- KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do furo e do dinheiro: inflação e deflação**. São Paulo: Nova Cultural, 1983a.
- KEYNES, J. M. As possibilidades econômicas de nossos netos. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). **Keynes (economia)**. São Paulo: Ática, 1983b. 150-159 p.
- KEYNES, J. M. O fim do “laissez-faire”. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). **Keynes (economia)**. São Paulo: Ática, 1983c. 106-126 p.
- KEYNES, J. M. **As consequências econômicas da paz**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- MALTHUS, T. R. **Princípios de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção Os Economistas).
- MARX, K. **O capital**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).
- MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MUSGRAVE, R.; MUSGRAVE, P. **Finanças públicas: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- SANTOS, R. S. **A teoria das finanças públicas no contexto do capitalismo: uma conversa com os filósofos economistas – de Smith a Keynes**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- SANTOS, R. S. Manifesto da administração política para o desenvolvimento do Brasil. **Revista Brasileira de Administração Política - REBAP**, v. 3, p. 11-40, 2010a.
- SANTOS, R. S. **Keynes e a proposta de administração política para o capitalismo: uma crítica aos pressupostos da externalidade do Estado e da crise fiscal**. São Paulo: Hucitec, 2010b.
- SCHUMPETER, J. **Historia del análisis económico**. Barcelona: Martinez Roca, 1996.
- VEBLEN, T. **Teoria de la classes ociosas**. 2.ed. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2005.

**Reginaldo Souza Santos**

Pós-Doutorado pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa (UTL); Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Professor titular do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da UFBA. E-mail: rsouza@ufba.br

**Fábio Guedes Gomes**

Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Professor adjunto da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal da Alagoas (FEAC/UFAL). E-mail: fbgg30@yahoo.com.br

**Thiago Chagas Silva Santos**

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Professor do Instituto Federal da Bahia (IFBA). E-mail: thiago.santos@ifba.edu.br

**Elizabeth Matos Ribeiro**

Doutora em Ciências Políticas e da Administração pela Universidade Santiago de Compostela – Espanha (USC-ES); Professora Adjunta I do Departamento de Finanças e Políticas Públicas da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA). E-mail: ematos@ufba.br

**Luiz Marques de Andrade Filho**

Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Professor da Faculdade Baiana de Direito. E-mail: luizmaf@gmail.com